

**RESOLUÇÃO CONJUNTA SEDEST/IAT Nº 10/2025**

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, nomeado pelo Decreto nº 9.324, de 24 de março, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023;

O **DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO ÁGUA E TERRA**, nomeado pelo Decreto nº 9.415, de 2 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019 e pelo Decreto nº 3.813, de 9 de janeiro de 2020; e

**CONSIDERANDO** a Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que dispõe sobre a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual, que estabelece, em seu art. 37, as competências da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SEDEST;

**CONSIDERANDO** os objetivos e finalidades institucionais do Instituto Água e Terra – IAT, estabelecidos pela Lei nº 20.070, de 19 de dezembro de 2019;

**CONSIDERANDO** o art. 41 da Lei Federal nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023, que dispõe sobre embalagens dos agrotóxicos, dos produtos de controle ambiental e afins;

**CONSIDERANDO** a NBR 13968/1997 que trata de embalagem rígida vazia de agrotóxico;

**CONSIDERANDO** que cabe ao Poder Público regulamentar o procedimento do manejo de embalagens vazias de agrotóxicos, bem como o treinamento de pessoal, evitando riscos para a vida e o meio ambiente, conforme dispõe o artigo 207, § 1º, inciso VIII da Constituição do Estado do Paraná;

**RESOLVE M:**

**Art. 1º** Estabelecer os requisitos e condições técnicas para o recebimento, manuseio e transporte de embalagens vazias de agrotóxicos.

**Art. 2º** Os encarregados pelo recebimento das embalagens deverão ser, obrigatoriamente, treinados para operar nas Unidades de Recebimento, sejam elas Centrais, Postos de Recebimento e Coletas Itinerantes.

§ 1º O treinamento será ministrado pelos gestores das unidades de recebimento e supervisionado pelo Instituto Água e Terra - IAT, com enfoque nos princípios técnicos, legais e pedagógicos.

§ 2º Durante o treinamento, os encarregados de recebimento receberão orientações sobre todo o processo de recebimento e manuseio em condições seguras, bem como a correta utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

§ 3º Após a conclusão do treinamento, todos os encarregados participarão de um teste de avaliação.

§ 4º Para serem considerados aprovados, os encarregados deverão alcançar um aproveitamento superior a 70% (setenta por cento) e aqueles que obtiverem essa pontuação receberão um certificado de conclusão.

**Art. 3º** A operação relacionada à devolução de embalagens deverá ser feita em uma Unidade de Recebimento ou por meio de coleta itinerante, e estará sujeita a supervisão e fiscalização do Instituto Água e Terra - IAT.

§ 1º As operações deverão ser conduzidas em conformidade com normas que garantam a segurança ambiental.

§ 2º Todos os pontos de recebimento dessas embalagens, sejam Centrais ou Postos, deverão estar devidamente licenciados.

**Art. 4º** As revendas e cooperativas deverão implementar e manter sistema apto a garantir a coleta, o recebimento, o armazenamento temporário, o transporte e a destinação ambientalmente adequada das embalagens de defensivos agrícolas, por meios próprios ou por terceiros.

**Parágrafo Único.** O disposto no *caput* deste artigo não exime as revendas e cooperativas de suas responsabilidades técnicas, administrativas e ambientais, devendo manter registros e evidências dos resultados.

**Art. 5º** As Unidades de Recebimento deverão atender às diretrizes contidas na Resolução CONAMA nº 465, de 5 de dezembro de 2014 ou a que vier a substituí-la, e estar licenciadas pelo Instituto Água e Terra (IAT), com os funcionários devidamente habilitados para desempenharem suas funções de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos.

**Art. 6º** O disposto nesta Resolução restringe-se aos aspectos ambientais relativos ao recebimento, armazenamento temporário, transporte, destinação ambientalmente adequada e cadastramento das embalagens de defensivos agrícolas, no âmbito de competência do IAT/SEDEST, não disciplinando matérias de mérito agrônomo ou sanitário, as quais permanecem sob a competência da SEAB/ADAPAR, nos termos da legislação aplicável.

**Art. 7º** O descumprimento desta Resolução Conjunta sujeitará os infratores às penalidades previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

**Art. 8º** Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 9º** Fica revogada a Resolução SEMA nº 018/2005.